

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

EDITAL ESAF/Nº 01 DE 04 DE JANEIRO DE 2002

CONCURSO PÚBLICO PARA ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, no uso de suas atribuições, e considerando a autorização concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 236, de 18/10/2001, publicada no DOU de 19/10/2001, Seção 1, página 64, e ainda, em cumprimento ao estabelecido no contrato firmado entre a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e esta Escola, divulga e estabelece normas para a abertura das inscrições e realização de concurso público para provimento de cargos vagos de Analista Técnico nas áreas: 1. Controle e Fiscalização; 2. Atuária; 3. Informática e 4. Administração e Finanças, observadas as disposições constitucionais referentes ao assunto e, ainda, os termos do Decreto nº 3.298, de 20/12/99, bem como, em particular, as normas contidas neste Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O concurso destina-se a selecionar candidatos para provimento das vagas oferecidas no subitem 1.4 nos quadros da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

1.2 - O concurso será realizado para o exato número de vagas a serem providas, não cabendo excedentes a serem nomeados ou prorrogação do concurso, em atendimento ao estabelecido na Portaria MARE nº 956/98.

1.3 - O processo por meio do qual deverão ser selecionados candidatos para o preenchimento das vagas definidas no subitem 1.4 será constituído de provas objetivas de conhecimentos Gerais e Específicos, de caráter eliminatório e classificatório, conforme subitem 7.1.

1.4 - O cargo, a área de especialização, o local das vagas, o número de vagas, a escolaridade e a taxa de inscrição, são os estabelecidos no quadro a seguir:

Cargo	Área de Especialização	Local da vaga	Total de vagas	Escolaridade	Taxa de inscrição
Analista Técnico	Controle e Fiscalização	Rio de Janeiro	06	Curso Superior concluído	R\$ 50,00
		São Paulo	03		
	Atuária	Rio de Janeiro	15 (*)		
	Informática	Rio de Janeiro	03		
	Administração e Finanças	Rio de Janeiro	04		

(*) Sendo uma vaga destinada a portadores de deficiência.

1.5 - As vagas são divididas por Área de Especialização e local de lotação, vedada a inscrição para mais de uma Área de Especialização e local da vaga.

1.6 - Em hipótese alguma será efetuado:

- a) remanejamento de vagas entre as Áreas de Especialização e local da vaga;
- b) nomeação de candidato fora da Área de Especialização e local da vaga para os quais optou por concorrer.

2 - DA REMUNERAÇÃO INICIAL DO CARGO

2.1 - A remuneração inicial do cargo de Analista Técnico é constituída de: a) Vencimento básico; b) Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados (GDSUSEP), instituída pela Medida Provisória n.º 2.229-43 (publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 10/09/2001) e reedições.

2.2 - A concessão da GDSUSEP, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o vencimento básico, é decorrente do efetivo desempenho do servidor, assim como de metas de desempenho institucional, fixadas na forma de regulamento a ser estabelecido em ato do Poder Executivo; até vinte pontos percentuais da GDSUSEP serão atribuídos em função do alcance das metas institucionais.

2.3 - Considerada a tabela de vencimento em vigor e os termos do artigo 13 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 10.09.2001, a remuneração no nível inicial de carreira pode alcançar até R\$ 3.443,50 (três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

3 - DAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Desenvolver atividades ligadas a recursos humanos, financeiros e meios materiais e apoio logístico e aquelas que envolvam: controle econômico, financeiro e contábil das entidades supervisionadas; fiscalização, controle e orientação das entidades supervisionadas; atividades relacionadas a regimes especiais; estudos atuariais e de normas técnicas no âmbito das operações realizadas pelas entidades supervisionadas; análise e autorização de produtos; implantação de sistemas informatizados, prestando suporte técnico e operacional aos usuários; administração e gerenciamento do parque computacional.

4 - DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

4.1 - O candidato aprovado no processo seletivo de que trata este Edital será investido no cargo, se atendidas as seguintes exigências:

- a) ter sido aprovado e classificado no concurso, na forma estabelecida neste Edital;
- b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto no 70.436, de 18/04/72;
- c) gozar dos direitos políticos;
- d) estar quite com as obrigações eleitorais;
- e) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;
- f) ter idade mínima de 18 anos completos;
- g) possuir a escolaridade prevista no subitem 1.4;
- h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por junta médica da SUSEP;
- i) apresentar outros documentos que se fizerem necessários, à época da posse.

4.1.1 - A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados neste subitem e daqueles que vierem a ser estabelecidos na letra "i" impedirá a posse do candidato.

4.1.2 - O candidato optante pela vaga reservada a portadores de deficiência deverá apresentar, ainda, documento de reconhecimento dessa condição, a que se refere o subitem 5.11.6, como portador de deficiência.

5 - DA INSCRIÇÃO

5.1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2 - O pedido de inscrição será efetuado no período **de 21/01 a 07/02/2002**, mediante recolhimento, em guia específica, da correspondente taxa de inscrição, em qualquer agência bancária, constando como depositante o próprio candidato. O Formulário de Pedido de Inscrição - Guia de Recolhimento - estará disponível nos endereços constantes do Anexo I deste Edital.

5.2.1 - Após as providências descritas no subitem 5.2, o candidato deverá retornar, obrigatoriamente, ao endereço no qual recebeu o Formulário de Pedido de Inscrição, entre os indicados no Anexo I, para entregar, mediante recibo, a via ESAF do respectivo formulário, devidamente preenchida e assinada, e receber o Manual do Candidato.

5.2.2 - O candidato poderá, também, realizar sua inscrição e o pagamento da taxa a ela pertinente, via Internet, por meio de débito em conta corrente, para correntistas do Banco do Brasil ou por boleto eletrônico, pagável em toda a rede bancária, utilizando-se do site www.esaf.fazenda.gov.br, no período compreendido entre 10 horas do primeiro dia fixado para o início das inscrições, até às 20 horas do último dia destinado a essa finalidade.

5.2.2.1 - De posse do recibo de confirmação de inscrição via internet, o candidato inscrito por essa modalidade poderá retirar o Manual do Candidato no endereço eletrônico indicado no subitem 5.2.2 ou nos endereços indicados no Anexo I.

5.2.2.2 - Não serão considerados os pedidos de inscrição, via internet, que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica.

5.3 - Será admitida a inscrição por terceiros mediante a entrega de procuração do interessado, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

5.3.1 - Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

5.3.2 - O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do Formulário de Pedido de Inscrição.

5.4 - O candidato poderá solicitar a sua inscrição por via postal, por meio de SEDEX, postado até o último dia do período de inscrição, encaminhado para o seguinte endereço: Gerência do Programa de Recrutamento e Seleção da ESAF, Rodovia BR 251 - Km 04, CEP 71686-900, Brasília-DF.

5.4.1 - Para a efetivação da inscrição por via postal o candidato preencherá o modelo de pedido de inscrição

constante do Anexo III deste Edital, ao qual serão, obrigatoriamente, anexados cópia legível do documento de identidade do interessado e cheque nominativo cruzado, emitido pelo próprio candidato, em favor da Escola de Administração Fazendária – ESAF, no valor correspondente à taxa de inscrição.

5.4.2 – Não serão aceitos os Pedidos de Inscrição por via postal cujo pagamento da taxa de inscrição seja feito por meio de “Vale Postal”, “Cheque Correios” ou outra forma de pagamento que não seja a estabelecida no subitem 5.4.1.

5.4.3 – Serão desconsiderados os pedidos de inscrição por via postal efetuados em desacordo com as normas estabelecidas neste Edital.

5.4.4 – Aos candidatos inscritos por via postal serão encaminhados pela ESAF, também por via postal, o recibo comprobatório de inscrição e o Manual do Candidato.

5.5 - Será considerado inscrito no concurso o candidato que tiver o seu Pedido de Inscrição confirmado, na forma dos subitens 5.13 e 5.13.1.

5.5.1 - No caso de pagamento com cheque, este somente será aceito se do próprio candidato, sendo considerada sem efeito a inscrição se o cheque for devolvido por qualquer motivo.

5.6 - O valor da taxa não será devolvido em hipótese alguma.

5.7 - Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado.

5.8 - O candidato somente poderá inscrever-se para concorrer a uma única área de especialização e a um único local de vaga, considerando que as provas serão realizadas, simultaneamente, no mesmo dia e horário.

5.9 - Ao preencher o Pedido de Inscrição, vedada qualquer alteração posterior, o candidato indicará uma única Área de Especialização e um único local a cujas vagas optar por concorrer, e a localidade onde deseja prestar as provas, entre as indicadas no Anexo I.

5.9.1 - As informações prestadas no Pedido de Inscrição são da inteira responsabilidade do candidato, dispondo a ESAF do direito de excluir do processo seletivo aquele que o preencher com dados incorretos, incompletos ou rasurados, bem como se constatado, posteriormente, que os mesmos são inverídicos.

5.10 – Os candidatos que necessitarem de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverão solicitá-lo, por escrito, à Gerência do Programa de Recrutamento e Seleção da ESAF, Rodovia BR 251 – Km 04, CEP 71686-900, Brasília-DF.

5.10.1 – As solicitações de atendimento diferenciado serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.10.2 – A não-solicitação de atendimento diferenciado implica a sua não-concessão no dia de realização das provas.

5.11 - O candidato que se julgar amparado pelo Decreto nº 3.298, de 20/12/99, publicado no DOU de 21/12/99, Seção 1, poderá concorrer à vaga reservada a portadores de deficiência, indicada no subitem 1.4, fazendo sua opção no Formulário de Pedido de Inscrição.

5.11.1 - No ato da inscrição, juntamente com o Formulário de Pedido de Inscrição (via ESAF) já devidamente preenchido, o candidato portador de deficiência deverá:

a) apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência;

b) requerer tratamento diferenciado para os dias do concurso, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas;

c) requerer tempo adicional para a realização das provas, apresentando justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.

5.11.1.1 - A viabilidade de atendimento do requerido nas letras “b” e “c” deste subitem será comunicada ao candidato quando da confirmação do seu pedido de inscrição, na forma dos subitens 5.13 e 5.13.1.

5.11.2 – O candidato portador de deficiência que optar por efetivar sua inscrição pela internet deverá enviar, via SEDEX, para o endereço indicado no subitem 8.5, “c”, o atestado médico a que se refere o subitem 5.11.1, “a” e indicará, obrigatoriamente, no seu pedido de inscrição via eletrônica, o número do registro da postagem.

5.11.3 - O candidato portador de deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos.

5.11.4 - Os deficientes visuais que requererem prova em Braille, na forma do disposto na letra “b” do subitem

5.11.1 deverão levar, no dia de aplicação das provas, reglete e punção, para que suas respostas sejam dadas, também, em Braille.

5.11.5 - Aprovado dentro dos critérios estabelecidos no subitem 9.1, o candidato portador de deficiência será convocado para se submeter à avaliação de Equipe Multiprofissional, na forma do disposto no Decreto nº 3.298, de 20/12/99.

5.11.6 - A Gerência de Recursos Humanos da SUSEP, com base no resultado da avaliação da Equipe Multiprofissional de que trata o subitem anterior decidirá, de forma terminativa, sobre a qualificação do candidato como portador de deficiência e a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

5.11.7 - Caso o candidato não tenha sido qualificado como portador de deficiência, na forma do subitem 5.11.6 e não tenha atingido nota suficiente para constar da lista geral de classificação da Área de Especialização pela qual optou por concorrer, este será considerado reprovado no concurso, não cabendo recurso dessa decisão.

- 5.11.8 - O candidato considerado portador de deficiência, se classificado, além de figurar na lista geral de classificação da Área de Especialização pela qual optou por concorrer, terá seu nome publicado em separado.
- 5.12 - A vaga reservada a portadores de deficiência não preenchida reverterá aos demais candidatos aprovados, observada a ordem classificatória da Área de Especialização da qual foi subtraída.
- 5.13 - A ESAF comunicará ao candidato a confirmação da sua inscrição e o seu respectivo número identificador, para o endereço indicado no Pedido de Inscrição.
- 5.13.1 - Caso a comunicação não seja recebida até três dias antes da data marcada para a realização das provas, é da inteira responsabilidade do candidato comparecer ao Órgão do Ministério da Fazenda, constante do Anexo I, sediado na Capital da UF correspondente à localidade para a qual optou por prestar as provas, para confirmar sua inscrição, por meio de Termo de Confirmação de Inscrição e/ou para inteirar-se do local de aplicação de sua prova.
- 5.13.2 - A comunicação feita pelos correios não tem caráter oficial; é da inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial da União, a publicação de todos os atos e editais referentes a este processo seletivo.
- 5.13.3 - Em hipótese alguma o candidato poderá prestar prova sem que esteja previamente confirmado o seu pedido de inscrição.

6 - DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 6.1 - As provas serão aplicadas nas cidades de Brasília-DF, Rio de Janeiro-RJ e São Paulo-SP, em data e horário a serem oportunamente publicados no Diário Oficial da União.
- 6.2 - A critério da ESAF, as provas poderão ser aplicadas em dias de sábado, domingo ou feriado.
- 6.3 - O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência mínima de trinta minutos do horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais das provas, considerado o horário de Brasília-DF, munido de caneta esferográfica (tinta azul ou preta), seu documento de identificação e do comunicado de que trata o subitem 5.13 ou do Termo de Confirmação de Inscrição de que trata o subitem 5.13.1.
- 6.3.1 - Não será permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no estabelecimento, após o fechamento dos portões.
- 6.3.2 - Após identificado e instalado em sala de provas, o candidato não poderá consultar nenhum material de estudo enquanto aguardar o horário de início das provas.
- 6.3.3 - Fechados os portões, iniciam-se os procedimentos operacionais relativos ao processo seletivo, no qual será observado o contido no subitem 12.7.
- 6.3.4 - O horário de início das provas será definido dentro de cada sala de aplicação, observado o tempo de duração estabelecido em Edital de convocação para as provas.
- 6.4 - A inviolabilidade das provas será comprovada somente no Posto de Execução, no momento do rompimento do lacre dos malotes, mediante termo formal, e na presença de, no mínimo, dois candidatos.
- 6.5 - Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver previamente cadastrado e munido do original de sua Cédula Oficial de Identidade ou de Carteira expedida por Órgão ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação (OAB, CORECON, CRC, CRA, CREA etc.) ou de Carteira de Trabalho e Previdência Social, de Certificado de Reservista, Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo novo, com foto) ou Passaporte; será exigida a apresentação do original, não sendo aceitas cópias, ainda que autenticadas.
- 6.5.1 - Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato e deverão conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia e data de nascimento.
- 6.5.2 - Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos (como crachás, identidade funcional, título de eleitor, carteira nacional de habilitação antiga, etc.) diferentes dos acima estabelecidos.
- 6.6 - Durante as provas não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, manuais, impressos ou anotações, máquinas calculadoras (também em relógios) e agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens.
- 6.7 - É vedado o ingresso de candidato em local de prova portando arma.
- 6.8 - Somente serão permitidos assinalamentos nos Cartões-Respostas feitos pelo próprio candidato, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros.
- 6.9 - Somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão os candidatos copiar seus assinalamentos feitos no Cartão-Respostas.
- 6.10 - Não haverá segunda chamada para as provas.
- 6.11 - Em hipótese alguma o candidato poderá prestar provas fora da data, do horário estabelecido para fechamento dos portões, da cidade e do local predeterminados.
- 6.12 - Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu Cartão-Respostas e o seu Caderno de Provas.
- 6.13 - Na correção do Cartão-Respostas será atribuída nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura.
- 6.14 - Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão-Respostas por erro do candidato.
- 6.15 - Os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de provas, após decorrida uma hora do início das

mesmas, por motivo de segurança.

6.16 - Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao processo seletivo no estabelecimento de aplicação das provas, em nenhuma hipótese.

7 - DAS PROVAS

7.1 - Serão aplicadas duas provas objetivas, eliminatórias e classificatórias, de Conhecimentos Gerais e Específicos, relativas às disciplinas constantes do quadro abaixo, cujos programas constam deste Edital (Anexo II) e do Manual do Candidato:

Provas	Área de Especialização	Disciplinas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos na Prova
Prova Objetiva 1	Comum às Áreas de Controle e Fiscalização, Administração e Finanças e Atuária	-Legislação de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta e de resseguros	9	1	30
		- Língua Portuguesa	5		
		- Língua Inglesa	5		
		- Noções de Informática	5		
		- Direito Administrativo	6		
	Informática	-Legislação de seguros, de capitalização, de previdência complementar aberta e de resseguros	9	1	30
		- Língua Portuguesa	7		
		- Língua Inglesa	8		
		- Direito Administrativo	6		
	Controle e Fiscalização	- Contabilidade Geral e de Seguros	10	2	70
		- Técnica de seguros e de resseguros	8		
		- Economia II	5		
		- Matemática Financeira	5		
		- Auditoria	7		
Prova Objetiva 2	Conhecimentos Específicos	- Administração Pública, de Material, de Patrimônio e de Serviços	13	2	70
		- Administração de Recursos Humanos	2		
		- Gestão de Tributos	4		
		- Contabilidade Pública	8		
		- Economia I	4		
		- Matemática Financeira	4		
	Atuária	- Estatística	10	2	70
		- Matemática Atuarial	13		
		- Matemática Financeira	7		
		- Técnica de seguros e de resseguros	5		

	Informática	- Engenharia da Computação	35	2	70
--	-------------	----------------------------	----	---	----

7.2 - Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do concurso.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - Os gabaritos e as questões das provas aplicadas, para fins de recursos, estarão disponíveis nos Órgãos do Ministério da Fazenda constantes do Anexo I deste Edital e na internet, no endereço eletrônico constante do subitem 5.2.2, a partir do primeiro dia útil após a aplicação das provas e durante o período previsto para recurso.

8.2 - Admitir-se-á um único recurso, por questão, para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado.

8.3 - Se do exame dos recursos resultar anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos presentes, independentemente da formulação de recurso.

8.4 - Se, por força de decisão favorável a impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso dessa modificação decorrente das impugnações.

8.5 - O recurso deverá ser:

a) apresentado, sem formalização de processo, em formulário próprio, conforme modelo constante do Anexo IV, um para cada questão recorrida;

b) interposto até três dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da aplicação das provas;

c) remetido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por SEDEX, durante o período previsto para interposição de recurso, para a Gerência do Programa de Recrutamento e Seleção - GERES - da ESAF, Rodovia BR 251 - Km 04, Brasília-DF, CEP 71.686-900.

8.6 - A decisão dos recursos será dada a conhecer, coletivamente, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial da União.

9 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 - Será considerado aprovado e classificado no concurso, por Área de Especialização e Local da Vaga, o candidato que, cumulativamente, atender às seguintes condições:

a) ter obtido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos pontos ponderados da prova objetiva 1;

b) ter obtido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos pontos ponderados da prova objetiva 2;

c) ter sido classificado, em decorrência do somatório dos pontos ponderados obtidos nas provas 1 e 2, até o número de vagas estabelecido para a Área de Especialização e Local da Vaga a que concorre, entre aquelas mencionadas no subitem 1.4 deste Edital.

9.1.1 - Havendo empate na totalização dos pontos, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

1º) tenha obtido o maior número de pontos ponderados na Prova Objetiva 2;

2º) tenha obtido o maior número de pontos ponderados na Prova Objetiva 1;

3º) seja o mais idoso.

9.2 - Serão considerados reprovados, para todos os efeitos, os demais candidatos que não satisfizerem os requisitos fixados no subitem 9.1, observado o subitem 11.5.

9.3 - Em hipótese alguma haverá classificação de candidatos considerados reprovados no concurso, na forma do disposto no subitem 9.2.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - O resultado final do concurso será homologado pela Superintendência de Seguros Privados, respeitado o disposto no art. 42 do Decreto nº 3.298/99, mediante publicação no Diário Oficial da União, obedecida a classificação nas provas, por Área de Especialização e Local da Vaga, não se admitindo recurso desse resultado.

10.2 - A publicação de que trata o subitem anterior conterá somente a relação dos candidatos aprovados e classificados até o limite de vagas oferecido neste Edital e contemplará, separadamente, o candidato aprovado concorrente à vaga reservada a portadores de deficiência.

11 - DA NOMEAÇÃO E DA LOTAÇÃO

11.1 - O candidato que, por qualquer motivo, não tomar posse no cargo na ocasião da respectiva convocação,

será eliminado do Concurso.

11.2 - Os candidatos nomeados serão submetidos à avaliação médica oficial para a comprovação de aptidão física e mental, de que trata a letra "h" do subitem 4.1, em cumprimento ao que determina o art. 14 da Lei nº 8.112/90 (RJU).

11.2.1 - Caso o candidato seja considerado INAPTO na avaliação médica, será excluído do concurso, não cabendo recurso dessa decisão.

11.3 - A nomeação dos candidatos aprovados e classificados será feita de acordo com a disponibilidade orçamentária e obedecerá à classificação obtida de acordo com o disposto no subitem 9.1.

11.4 - A posse no cargo estará condicionada à apresentação da documentação comprobatória dos requisitos para investidura e ao atendimento das demais condições constitucionais, legais, regulamentares e deste Edital.

11.5 - Havendo desistência de candidatos convocados para nomeação, serão convocados, em uma segunda e última chamada, em número igual ao de desistentes, novos candidatos, obedecida a rigorosa ordem de classificação, efetuada segundo a Área de Especialização e Local da Vaga para os quais optaram por concorrer, para o provimento do exato número de vagas oferecido no subitem 1.4, nos termos do § 1º do art. 8º da Portaria MARE nº 956, de 24/3/98, publicada no Diário Oficial da União de 27/4/98.

11.6 - Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos; fotocópias não autenticadas deverão estar acompanhadas dos originais, para efeito de autenticação.

11.7 - O candidato nomeado apresentar-se-á para posse e exercício, às suas expensas, na Unidade para a qual foi nomeado.

11.8 - Será nulo o ato de lotação inicial de candidato nomeado praticado em desacordo com a indicação constante do Resultado Final do Concurso.

11.9 - O estágio probatório será cumprido integralmente na Unidade de Lotação do candidato, ressalvados os casos previstos em lei.

11.10 - Durante o período de estágio probatório, a partir da data de início do exercício no cargo, o servidor não poderá solicitar remoção da Unidade para a qual foi nomeado sendo desconsiderada qualquer pretensão nesse sentido.

11.11 - Para os portadores de deficiência haverá previsão de adaptação do Estágio Probatório, conforme a deficiência do candidato, na forma do disposto no item III do art. 39 do Decreto nº 3.298, de 20/12/99.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A aprovação no Concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração da SUSEP, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Concurso.

12.2 - O prazo de validade do concurso esgotar-se-á definitivamente 60 dias após a publicação do último edital de convocação para nomeação, não podendo todavia ser este prazo superior a 1 ano, contado a partir da data de publicação do primeiro edital de convocação, ainda que não tenham sido preenchidas todas as vagas oferecidas.

12.3 - Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados seus endereços na Gerência de Recursos Humanos da SUSEP, responsabilizando-se por prejuízos decorrentes da não atualização.

12.4 - Qualquer informação a respeito do processo seletivo poderá ser adquirida, por telefone, por meio daqueles indicados no Anexo I.

12.5 - Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou notas de candidatos, valendo para tal fim os resultados publicados no Diário Oficial da União.

12.6 - Não serão fornecidos atestados, cópia de documentos, certificados ou certidões relativos a notas de candidatos reprovados.

12.7 - Será excluído do concurso, por ato da Direção-Geral da Escola de Administração Fazendária - ESAF, o candidato que:

- a) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b) agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas;
- c) for surpreendido, utilizando-se de um ou mais meios previstos no subitem 6.6;
- d) for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo;
- f) não devolver, integralmente, o material recebido;
- g) efetuar o pedido de inscrição fora do prazo estabelecido neste Edital; ou
- h) não atender às determinações regulamentares da ESAF.

12.7.1 - Será excluído, ainda, do concurso, por ato da Direção-Geral da Escola de Administração Fazendária - ESAF, o candidato que utilizou ou tentou utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa de processo seletivo já realizado pela Escola de Administração Fazendária - ESAF.

12.8 - Por razões de ordem técnica e de segurança, a Escola de Administração Fazendária - ESAF não

fornecerá nenhum exemplar ou cópia do caderno de provas a candidatos, a autoridades ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do concurso; no entanto, exemplar dos cadernos de provas aplicadas será afixado nos locais indicados no Anexo I deste Edital e disponibilizado no endereço eletrônico constante do subitem 5.2.2, durante o prazo estabelecido na letra "b" do subitem 8.5.

12.9 - As ocorrências não previstas neste Edital serão resolvidas pela Secretaria-Geral da SUSEP, em conjunto com a ESAF.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO

ANEXO I

Cidade/Endereço
Brasília-DF – Centro Regional de Treinamento da ESAF - SAS - Quadra 6, Bloco "O" - 8º andar - Edifício Órgãos Centrais do MF - Telefones: (61) 412-5006 - 412-5856
Rio de Janeiro-RJ – Centro Regional de Treinamento da ESAF - Av. Presidente Antônio Carlos, nº 375 - 12º Andar – Sala 1209 - Castelo – Telefones: (21) 3805-4009/4013/4021/4022/4023
São Paulo-SP – Centro Regional de Treinamento da ESAF - Av. Prestes Maia nº 733 - 4º andar - Luz - Telefones: (11) 3315-2169/2170

ANEXO II

PROGRAMAS

CONHECIMENTOS GERAIS

COMUM ÀS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO: CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E ATUÁRIA

LEGISLAÇÃO DE SEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO, DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E DE RESSEGUROS

1. Constituição Federal - art. 192 - Emenda Constitucional nº 13/96. 2. Código Civil - arts. 1432 a 1476, com as alterações posteriores. 3. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 (Regime de Previdência Complementar). 4. Leis nºs: 5.627, de 01.12.70, e alterações posteriores (capitais mínimos); 6.194, de 19.12.74, e alterações posteriores (DPVAT); 7.944, de 20.12.89, e alterações posteriores (taxa de fiscalização); 8.078, de 11.09.90, e alterações posteriores (Código de Defesa do Consumidor); 9.477, de 24.07.97, e alterações posteriores (FAP); 9.503, de 23.09.97, e alterações posteriores (Código de Trânsito Brasileiro); 9.932, de 20.12.99, e alterações posteriores (transferência das atribuições do IRB); 10.185, de 12.02.01 (especialização de seguradoras em planos privados de assistência à saúde); 6.024, de 13.03.74 (Lei de Intervenções e Liquidações). 5. Decretos-Leis nºs: 2.063, de 07.03.40, com as alterações posteriores; 5.384, de 08.04.43 (beneficiários dos seguros de vida); 73, de 21.11.66, e alterações posteriores (Lei de Seguros); 261, de 28.02.67, e alterações posteriores (Sociedades de Capitalização); 7.661, de 21.06.45 (Lei de Falências). 6. Decretos nºs: 60.459, de 13.03.67, e alterações posteriores (regulamenta o DL 73/66); 61.867, de 07.12.67, e alterações posteriores (seguros obrigatórios); 7. Resolução CNSP nºs: 42/2000; 58/2001 e 60/2001 (normas de aplicação de penalidades). 8. Resoluções CMN: 2.286, de 05.08.96 (normas de aplicação dos recursos garantidores) e alterações posteriores.

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Compreensão Textual. 2. Ortografia. 3. Semântica. 4. Morfologia. 5. Sintaxe. 6. Pontuação.

LÍNGUA INGLESA: Interpretação de textos

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos básicos de sistemas computacionais: computadores: organização e arquitetura de computadores; componentes de um computador (hardware e software); conceitos de linguagens de programação. 2. Ambiente WINDOWS : utilização do sistema operacional e dos aplicativos do pacote MS OFFICE. 3. Utilização de INTERNET : navegação; correio eletrônico.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. 2. Princípios constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro. 3. Organização Administrativa da União. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas. Sociedades de economia mista. Entidades paraestatais. 4. Atos administrativos. Conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação, invalidação e convalidação. 5. Licitação. Conceito, finalidades, princípios e objeto. Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação. Modalidades. Procedimento, revogação e anulação. Sanções penais. Normas gerais de licitação. 6. Contratos administrativos. Conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização. Execução, inexecução, revisão e rescisão. 7. Agentes públicos. Servidores públicos. Organização do serviço público. Normas constitucionais concernentes aos servidores públicos. Direitos e deveres dos servidores públicos. Responsabilidades dos servidores públicos. O Regime jurídico único. Código de ética do servidor público. Poderes administrativos. 8. Serviços públicos. Conceito e classificação. Regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos do usuário. Competências para prestação do serviço. Serviços delegados a particulares. Concessões, permissões e autorizações. Convênios e consórcios administrativos. 9. Domínio público. Conceito e classificação dos bens públicos. Administração, utilização e alienação dos bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não-oneração dos bens públicos. Aquisição de bens pela administração. 10. Controle da administração pública. Conceito, tipos e formas de controle. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle pelos tribunais de contas. Controle jurisdicional. Meios de controle jurisdicional.

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: INFORMÁTICA

LEGISLAÇÃO DE SEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO, DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E DE RESSEGUROS

1. Constituição Federal - art. 192 - Emenda Constitucional nº 13/96. 2. Código Civil - arts. 1432 a 1476, com as alterações posteriores. 3. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 (Regime de Previdência Complementar). 4. Leis nºs: 5.627, de 01.12.70, e alterações posteriores (capitais mínimos); 6.194, de 19.12.74, e alterações posteriores (DPVAT); 7.944, de 20.12.89, e alterações posteriores (taxa de fiscalização); 8.078, de 11.09.90, e alterações posteriores (Código de Defesa do Consumidor); 9.477, de 24.07.97, e alterações posteriores (FAP); 9.503, de 23.09.97, e alterações posteriores (Código de Trânsito Brasileiro); 9.932, de 20.12.99, e alterações posteriores (transferência das atribuições do IRB); 10.185, de 12.02.01 (especialização de seguradoras em planos privados de assistência à saúde); 6.024, de 13.03.74 (Lei de Intervenções e Liquidações). 5. Decretos-Leis nºs: 2.063, de 07.03.40, com as alterações posteriores; 5.384, de 08.04.43 (beneficiários dos seguros de vida); 73, de 21.11.66, e alterações posteriores (Lei de Seguros); 261, de 28.02.67, e alterações posteriores (Sociedades de Capitalização); 7.661, de 21.06.45 (Lei de Falências). 6. Decretos nºs: 60.459, de 13.03.67, e alterações posteriores (regulamenta o DL 73/66); 61.867, de 07.12.67, e alterações posteriores (seguros obrigatórios). 7. Resolução CNSP nºs: 42/2000; 58/2001 e 60/2001 (normas de aplicação de penalidades). 8. Resoluções CMN: 2.286, de 05.08.96 (normas de aplicação dos recursos garantidores) e alterações posteriores.

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Compreensão Textual. 2. Ortografia. 3. Semântica. 4. Morfologia. 5. Sintaxe. 6. Pontuação.

LÍNGUA INGLESA: Interpretação de textos

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. 2. Princípios constitucionais do Direito Administrativo Brasileiro. 3. Organização Administrativa da União. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas. Sociedades de economia mista. Entidades paraestatais. 4. Atos administrativos. Conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação, invalidação e convalidação. 5. Licitação. Conceito, finalidades, princípios e objeto. Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação. Modalidades. Procedimento, revogação e anulação. Sanções penais. Normas gerais de licitação. 6. Contratos administrativos. Conceito, peculiaridades e interpretação. Formalização. Execução, inexecução, revisão e rescisão. 7. Agentes públicos. Servidores públicos. Organização do serviço público.

Normas constitucionais concernentes aos servidores públicos. Direitos e deveres dos servidores públicos. Responsabilidades dos servidores públicos. O Regime jurídico único. Código de ética do servidor público. Poderes administrativos. 8. Serviços públicos. Conceito e classificação. Regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos do usuário. Competências para prestação do serviço. Serviços delegados a particulares. Concessões, permissões e autorizações. Convênios e consórcios administrativos. 9. Domínio público. Conceito e classificação dos bens públicos. Administração, utilização e alienação dos bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não-oneração dos bens públicos. Aquisição de bens pela administração. 10. Controle da administração pública. Conceito, tipos e formas de controle. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle pelos tribunais de contas. Controle jurisdicional. Meios de controle jurisdicional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: CONTROLE E FISCALIZAÇÃO CONTABILIDADE GERAL E DE SEGUROS

CONTABILIDADE GERAL 1. Conceito, objeto e fins: campo de aplicação. Técnicas contábeis. Princípios contábeis fundamentais aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade. 2. Patrimônio. Conceito contábil. Componentes: ativo, passivo e situação líquida. Aspectos do patrimônio. Conceito de capital. Diferenciação entre capital e patrimônio. Equação fundamental do patrimônio. Representação gráfica. Fatos contábeis e respectivas variações. 3. Conta: conceito. Débito, crédito e saldo. Teorias, função e estrutura das contas. Contas patrimoniais e de resultado. Apuração de resultados. Sistema de contas. Planos de contas. Provisões em geral. 4. Escrituração: conceitos e métodos. Lançamento contábil, rotinas e fórmulas. Processo de escrituração. Escrituração de operações financeiras. Livros de escrituração. Erros de escrituração e suas correções. Sistemas de partidas dobradas. 5. Balanço patrimonial: conceito, importância, finalidade, obrigatoriedade, apresentação e forma (Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores). Conceito dos grupos e subgrupos. Critérios de avaliação do ativo e passivo. Classificação de contas. Balancete de verificação. Levantamento do balanço de acordo com as normas da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Notas explicativas. 6. Demonstração do resultado do exercício. Estrutura e características, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Aplicação de receita líquida, do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos e dos lucros: bruto, operacional e não operacional do exercício, antes e depois da provisão para o Imposto de Renda: cálculo e escrituração. Provisão para o Imposto de Renda: cálculo e escrituração. Lucro líquido por ação. 7. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Forma de apresentação de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. Transferência do lucro líquido para reservas. Reversão de reservas. Reservas de lucros: legal, estatutária e para contingências. Reservas de lucros a realizar. Dividendos: forma de distribuição (mínimo e máximo), cálculo e escrituração. Lucros acumulados. 8. Demonstração das origens e aplicações de recursos. Obrigatoriedade e forma de apresentação. Origens e aplicações que não afetam o capital circulante líquido. 9. Análise das demonstrações financeiras: objetivos, elementos necessários à análise. Cuidados básicos. Análise financeira e análise econômica. Processos de análise: análise vertical ou de estrutura. Análise horizontal ou de evolução. Valores nominais e reais: por diferença, por números índices, evolução relativa, evolução real. Análise por quocientes: da estrutura patrimonial, de lucratividade, de rotação e de liquidez. **CONTABILIDADE DE SEGUROS** 1 - Operações típicas: registro de documentos emitidos. Registro de cosseguro aceitos. Apropriação das receitas. Cancelamento do seguro. Provisionamento e diferimento de comissões. Liquidação do saldo credor das congêneres. Retrocessões. Pagamento do sinistro. Recuperação de sinistros. Venda de salvados. Provisionamento do resseguro. Constituição das provisões técnicas. Limite de Retenção de Prêmios. 2 - Resolução CNSP nº 19, de 17/02/00 e suas alterações posteriores: Registros Obrigatórios. Demonstrações Financeiras. Escrituração Contábil. Remessa de Informações para a SUSEP

TÉCNICA DE SEGUROS E DE RESSEGUROS

1. Operações de seguro e resseguro. Conceitos básicos. Definição, finalidade e características gerais. Classificação geral. O contrato de seguro. Seguros facultativos e obrigatórios. Condições gerais e especiais do seguro. Instrumentos. Ramos. 2. Elementos essenciais da operação de seguro e resseguro. Os sujeitos da operação de seguro e resseguro. Risco. Prêmio. Indenização, ressarcimento e franquia. 3. Estrutura técnica da operação de seguro. Seguros proporcionais e não proporcionais ou a risco absoluto. Mecanismo de Segurança: cosseguro e resseguro. 4. Ramos de Seguro. Modalidades de Coberturas: cobertura básica e adicional. Seguro automóvel; cobertura básica e franquia. Seguro de responsabilidade civil: Responsabilidade civil geral, facultativo de veículos automotores/RCF-V e obrigatório do transportador rodoviário - carga/RCTR-C. Seguros de vida individual e em grupo. Seguro Garantia. Seguro Incêndio. 5. Previdência Privada Aberta. Benefícios por morte, invalidez e sobrevivência. 6. Estrutura técnica das operações de resseguro. Tipos de contratos de resseguro.

ECONOMIA II

1. Introdução geral aos problemas econômicos: escassez e escolha. Curva de possibilidade de produção, fatores de produção, Oferta, demanda e equilíbrio de mercado. 2. Microeconomia: elasticidade de preço da demanda, bens substitutos e bens complementares. Elasticidade preço da oferta, bens substitutos e bens

complementares na oferta. Fatores que afetam a elasticidade-preço. Elasticidade-renda, bens normais e bens inferiores. Noções de teoria da produção. Função de produção, produtividade média e marginal dos fatores de produção, curto e longo prazos. Custos de produção: curto e longo prazos. Minimização de custos. Maximização de lucros. Concorrência perfeita. Monopólio: monopólio natural, monopólio ordinário, discriminação de preços, regulação de monopólio. Mercado de fatores de produção. Oligopólio: modelos de Cournot, Stackelberg, Bertrand e liderança preço. Equilíbrio geral e eficiência econômica. Bens públicos e externalidades. Escolha envolvendo risco. Assimetria de informação – moral hazard, seleção adversa, sinalização e mecanismos de incentivo. 3. Macroeconomia: contas nacionais, conceitos de produto e de renda, agregados macroeconômicos, renda e produto de equilíbrio, consumo, poupança e investimento, multiplicador, setor governo e política fiscal, déficit e dívida pública e políticas de estabilização. 4. Moeda e crédito: conceito e funções da moeda, base monetária e meios de pagamento, multiplicador monetário, Banco Central e instrumentos de controle monetário e sistema financeiro nacional. 5. A avaliação do gasto público: noções da análise custo-benefício, justificativas e limitações, o conceito de custo de oportunidade dos fatores e a idéia de preço-sombra, distinção entre as avaliações social e privada de projetos, indicadores para seleção de projetos: método de payback, valor presente, taxa interna de retorno e relação custo-benefício. 6. Títulos e Valores Mobiliários: Títulos de Emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil, Títulos Securitizados, Moedas de Privatização, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Debênture, Letra Hipotecária, Letras Financeiras dos Tesouros dos Estados e Municípios, Nota Promissória (Commercial Paper), Ações, Fundos de Investimento Financeiro.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. Juros simples e compostos. 2. Taxas de Juros - equivalentes, nominal. 3. Montante e valor atual (período inteiro e fracionado). 4. Desconto simples e composto. 5. Fracionamento de anuidades. 6. Empréstimos. 7. Métodos de amortização.

AUDITORIA

1 - Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria Independente de Demonstrações Contábeis. 1.1. Conceitos e Objetivos da Auditoria Independente. 1.2. Normas Profissionais do Auditor Independente: Competência Técnico-Profissional; Independência; Responsabilidades; Formação de Honorários; Sigilo e Guarda da Documentação; Uso do Trabalho de Outro Auditor Independente; Uso do Trabalho da Auditoria Interna; Uso do Trabalho de Especialista. 1.3. Normas de Execução dos Trabalhos: Planejamento; Relevância; Avaliações de Risco e Controle Interno; Auditoria em Ambiente de Sistemas de Informação Computadorizados; Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador; Evidências de Auditoria; Procedimentos Analíticos; Auditoria de Estimativas Contábeis; Amostragem Estatística e Não Estatística; Controle de Qualidade do Trabalho de Auditoria; Fraude e Erro; Continuidade Normal das Atividades da Entidade; Transações com Partes Relacionadas; Transações e Eventos Subseqüentes; Carta de Responsabilidade da Administração; Contingências. 1.4. Normas de Parecer dos Auditores Independentes: Conceito, Conteúdo e Características Gerais; Tipos de Pareceres; Parecer em Situações de Incerteza; Informações Relevantes nas Demonstrações Contábeis; Demonstrações Contábeis Auditadas por Outros Auditores; Parecer sobre Demonstrações Contábeis Consolidadas. 2. Normas Brasileiras de Auditoria Interna. 2.1. Conceito e Objetivos da Auditoria Interna. 2.2. Normas Profissionais do Auditor Interno: Planejamento dos Trabalhos; Procedimentos e Técnicas; Documentação de Auditoria; Amostragem Estatística e Não Estatística; Competência Técnico-Profissional; Autonomia Profissional; Responsabilidade e Sigilo Profissional; Fraude e Erro; Relacionamento com Profissionais de Outras Áreas; Cooperação com o Auditor Independente. 2.3. Normas do Relatório do Auditor Interno

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DE MATERIAL, DE PATRIMÔNIO E DE SERVIÇOS

ADMINISTRAÇÃO: PÚBLICA 1. Evolução da Administração Pública no Brasil: características do modelo patrimonialista, do modelo burocrático e do modelo gerencial. 2. O papel do Estado voltado para regulação, funções e características das agências reguladoras e executivas. 3. Estrutura administrativa. Princípios básicos. Poderes e deveres do administrador público. Organização Administrativa Brasileira (DL 200/67 - CF/88, art. 36 e segs.) 4.. Licitações e Contratos da Administração Pública. Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Modalidades de contratos administrativos. DE MATERIAL 1. Planejamento: análise, especificação, classificação; padronização, catalogação, normatização; previsão de consumo e aquisição; lote econômico - cálculo e aplicação. 2. Aquisição: pesquisa de mercado; cadastro, controle e escolha de fornecedores; Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (IN MARE nº 05/95 e suas alterações). A compra e sua administração; processos de licitação. 3. - Armazenamento: finalidades, conceituação; técnicas de estocagem e preservação; análise do custo de serviço. 4. Noções básicas sobre controle: localização; requisição; registro; reposição/ressurgimento; movimentação. Suprimento de Fundos (Decreto nº 93.872, de 23/12/86 - Capítulo III - Seção V e suas alterações; Lei nº 4.320/64). DE PATRIMÔNIO 1. Introdução ao sistema patrimonial. Origem e conceito de patrimônio. Finalidades do controle patrimonial. O patrimônio na Organização. Consciência da função patrimonial da empresa. 2. Controle de bens patrimoniais. Instruções de controles patrimoniais.

Emplaquetamento de bens patrimoniais: finalidades; critérios de fixação de plaquetas. 3. Classificação e codificação dos grupos de bens patrimoniais e os critérios utilizados (Norma de Execução STN/Nº 4, de 31/10/97 e suas alterações). 4. Instruções sobre inventários de bens patrimoniais: abrangência, tipos de inventários, inventário físico anual. 5. Alienação de bens móveis: propósito, competência e procedimentos. 5. Alienação de bens imóveis. 6. Controle físico da movimentação dos bens patrimoniais. 7. Patrimônio na Administração Pública (Instrução SEDAP nº 205/88). DE SERVIÇOS 1. Terceirização (IN MARE nº 18/97). Decreto nº 2.271, de 07/07/97. Gestão de contratos de prestação de serviços. 2. Administração da manutenção predial: redução de custos, fiscalização; sistemas de controle; planilha de programação; planilha de planejamento. 3. Noções básicas de elaboração de especificações técnicas e projetos básicos para contratação de obras e serviços.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

1. O homem e as organizações. O sistema e a administração de recursos humanos. 2. Suprimento: descrição e análise de cargos - estrutura, métodos e fases; avaliação de desempenho: objetivos; responsabilidade; características dos principais métodos. 3. Manutenção: compensação: salários; administração de salários; avaliação e classificação de cargos e pesquisa salarial. Planos de benefícios: tipos; custos e objetivos; higiene e segurança no trabalho. 4. Desenvolvimento: treinamento e desenvolvimento de pessoal; desenvolvimento organizacional. 5. Controle: banco de dados; sistemas de informações e auditoria de recursos humanos. 6. Servidores Públicos. Regime Jurídico Único. Características. Direitos e Deveres. Responsabilidades. Sistema de Remuneração. Dispositivos Constitucionais a Lei nº 8.112/90 e suas alterações posteriores. 7. Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE: noções básicas.

GESTÃO DE TRIBUTOS

1. Sistema Tributário Nacional. Definição de tributo: tipos de tributos; limitações da competência tributária; definição de impostos, taxas, contribuições de melhoria; competência para instituir tributos. 2. Legislação Tributária. Vigência da legislação tributária; aplicação da legislação tributária; definição da obrigação tributária; definição de fato gerador; identificação do sujeito ativo; identificação do sujeito passivo; capacidade tributária; domicílio tributário; responsabilidade tributária; lançamento; modalidades de lançamento; suspensão do crédito tributário; extinção do crédito tributário; pagamento indevido; dívida ativa. 3. Cobrança Judicial da Dívida Ativa. Formas de cobrança do crédito tributário; constituição da dívida ativa; execução fiscal; presunção de certeza e liquidez da dívida ativa; prescrição; suspensão do crédito tributário. 4. Procedimento Administrativo Fiscal. Início do procedimento administrativo fiscal; exigência do crédito tributário; auto de infração; notificação de lançamento; impugnação; recurso; procedimento da consulta; nulidade do procedimento administrativo fiscal. 5. Lei nº 7.944 de 20/12/89. Taxa de fiscalização dos mercados de seguros, de capitalização e previdência privada aberta: instituição; fato gerador; contribuintes.

CONTABILIDADE PÚBLICA: 1. Conceito e campo de atuação. Bens públicos: conceito e classificação. Orçamento: conceito, elaboração e regimes orçamentários. Créditos Adicionais: conceito e classificação. Receitas e despesas orçamentárias: estágios e classificação. Receitas e despesas extra-orçamentárias; variações independentes da execução orçamentária. Sistema de contas: conceito e classificação. Demonstrativos contábeis: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. 2. Lei nº 4.320, de 17/03/64. 3. Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI: noções básicas (IN nº 03 da Secretaria do Tesouro Nacional, de 23 de maio de 2001, e Norma de Execução nº 01, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 13 de junho de 2001). 4. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000).

ECONOMIA I

1. Introdução geral aos problemas econômicos: escassez e escolha. Curva de possibilidade de produção, fatores de produção, Oferta, demanda e equilíbrio de mercado. 2. Demanda e oferta - equilíbrio do mercado. As funções: demanda e oferta. Equilíbrio entre as curvas de demanda e de oferta. Determinação da quantidade e do preço de equilíbrio. Variações no preço de equilíbrio: deslocamento das curvas de demanda e de oferta. Escassez e excedente. Tabela de preços mínimos e incidência tributária. 3. Contabilidade nacional: conceito de renda e produto. Renda nacional e produto nacional. Renda interna e produto interno. Preço de mercado e custo de fatores, bruto e líquido. Identidade entre produto, renda e despesa. Carga tributária: bruta e líquida. Contas nacionais brasileiras. Governo e distribuição de renda.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. Juros simples e compostos. 2. Taxas de Juros - equivalentes, nominal. 3. Montante e valor atual (período inteiro e fracionado). 4. Desconto simples e composto. 5. Fracionamento de anuidades. 6. Empréstimos. 7. Métodos de amortização.

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: ATUÁRIA

ESTATÍSTICA

1. Noções fundamentais: frequência relativa. Lei dos grandes números. Funções de distribuição de densidade e de probabilidade. Variáveis aleatórias unidimensionais e multidimensionais, discretas e contínuas. 2. Distribuições discretas: de Bernoulli, binomial, de Poisson, multinomial, geométrica. 3. Distribuições: uniforme, normal, beta, gama, exponencial, qui-quadrado, t de Student, Log-normal. 4. Momentos de uma variável aleatória: centrais, ordinários. Função geratriz de momentos. 5. Distribuições conjuntas, condicionais e marginais. Independência estocástica. Coeficiente de correlação. 6. Teorema do Limite Central. 7. Estimação de parâmetros: método de máxima verossimilhança, dos mínimos quadrados. 8. Intervalos de confiança. 9. Probabilidade condicional e eventos mutuamente exclusivos.

MATEMÁTICA ATUARIAL

1. Funções biométricas - Taxa instantânea de mortalidade, esperança de vida. 2. Comutações. 3. Rendas fracionadas. 4. Cálculo de prêmio único, fracionado, puro e comercial. Planos pagáveis por sobrevivência e por invalidez. 5. Seguro de vida. Pensão à esposa e aos órfãos. 6. Regimes financeiros. 7. Valores garantidos. Resgate, seguro saldado e prolongado. 8. Reserva matemática: método prospectivo, retrospectivo, recorrência. 9. Teoria do risco coletivo. a) Modelo do Risco Individual. b) Modelo do Risco Coletivo. Distribuição do valor de um sinistro; do número de sinistros; de sinistros agregados; de Poisson composta. Fórmula recursiva de Panjer. Aproximação normal do sinistro agregado. c) Princípio de cálculo de prêmio. d) Processo de ruína em um período finito. Cálculo do limite técnico; da reserva de risco; da probabilidade de ruína.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. Juros simples e compostos. 2. Taxas de Juros - equivalentes, nominal. 3. Montante e valor atual (período inteiro e fracionado). 4. Desconto simples e composto. 5. Fracionamento de anuidades. 6. Empréstimos. 7. Métodos de amortização.

TÉCNICA DE SEGUROS E DE RESSEGUROS

1. Operações de seguro e resseguro. Conceitos básicos. Definição, finalidade e características gerais. Classificação geral. O contrato de seguro. Seguros facultativos e obrigatórios. Condições gerais e especiais do seguro. Instrumentos. Ramos. 2. Elementos essenciais da operação de seguro e resseguro. Os sujeitos da operação de seguro e resseguro. Risco. Prêmio. Indenização, ressarcimento e franquia. 3. Estrutura técnica da operação de seguro. Seguros proporcionais e não proporcionais ou a risco absoluto. Mecanismo de Segurança: cosseguro e resseguro. 4. Ramos de Seguro. Modalidades de Coberturas: cobertura básica e adicional. Seguro automóvel; cobertura básica e franquia. Seguro de responsabilidade civil: Responsabilidade civil geral, facultativo de veículos automotores/RCF-V e obrigatório do transportador rodoviário - carga/RCTR-C. Seguros de vida individual e em grupo. Seguro Garantia. Seguro Incêndio. 5. Previdência Privada Aberta. Benefícios por morte, invalidez e sobrevivência. 6. Estrutura técnica das operações de resseguro. Tipos de contratos de resseguro.

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: INFORMÁTICA

ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO

1. Conceitos básicos de sistemas computacionais: 1.1. Computadores: organização e arquitetura de computadores; componentes de um computador (hardware e software); linguagens de programação; ligadores, compiladores e interpretadores; sistemas de numeração e representação de dados; aritmética computacional. 1.2. Sistemas Operacionais: funções básicas; sistemas de arquivos; gerenciamento de memória; gerenciamento de recursos. 1.3. Ambiente WINDOWS e aplicativos MS OFFICE. 1.4. Arquitetura Cliente-Servidor. 2. Técnicas de Programação (Implementação em Borland DELPHI 6.0): 2.1. Linguagem de Programação: tipos de dados; operadores e expressões; apontadores e arranjos; estruturas de controle, seleção, repetição e desvio. 2.2. Sintaxe e Semântica das Linguagens: estruturas de dados - listas, pilhas, filas, árvores; métodos de ordenação, pesquisa e hashing; conceitos de orientação a objetos; linguagens orientadas a objetos; programação estruturada e orientada a objetos. 3 - Análise de Sistemas: 3.1. Análise e Projeto de Sistemas - modelagem de dados; normalização; administração de dados; metodologias, técnicas e ferramentas de análise; análise estruturada: ferramentas e técnicas de projeto; análise e projeto orientado a objetos; análise essencial; ambientes e ferramentas de desenvolvimento orientado a objetos. 3.2. Engenharia de Software: planejamento, análise e projeto de software; qualidade de software; técnicas e estratégias de testes de software. 3.3. Gerência de Projetos: estimativas; técnicas de controle; projeção de custo; métricas de sistema, de projeto, de implementação e de resultados: modelo de custo. 3.4. Projetos de Interfaces: funcionalidades; linguagens e ferramentas de programação visual e desenvolvimento de ambientes interativos. 4. Banco de Dados (Implementação em MS - SQL SERVER 2000): 4.1. Banco de Dados: organização de arquivos e métodos de acesso; sistemas gerenciadores de banco de dados; linguagens de definição e manipulação de dados; SQL; controle de proteção e integridade; banco de dados distribuídos e orientados a objetos. 5. Redes de Computadores: 5.1. Rede de Computadores: fundamentos de comunicação de dados; meios físicos; serviços de

comunicação; redes LANs e WANs; arquiteturas TCP/IP; protocolos e serviços; sistemas operacionais de rede; modelo OSI. 5.2. Conceitos INTERNET/INTRANET.

D.O.U.; 07/01/2002

Seção – 03

Pág. 69

30	003646	JOAO ROBERTO PEREIRA DE FARIA	0,00	154,00
31	003758	LUCIANO DE MENDONCA FONSECA	----	154,00
32	003495	FERNANDO MAGALHAES SOARES PINTO	----	154,00
33	003725	LEANDRO FREITAS COUTO	----	153,00
34	002467	SERGIO LUIS MARCHI GUILARDI	10,00	152,50
35	002213	BATURITE NATAL DE OLIVEIRA	----	152,00
36	002229	CESAR AUGUSTO OLIVEIRA ROSADO	----	152,00
37	003461	EVELINE MARTINS BRITO	0,00	151,80
38	001305	ALVARO RIBEIRO BOTELHO JUNQUEIRA	----	151,00
39	000983	ELLEN MARY TRAEBERT CAVALINI	----	151,00
40	003682	JOSE RICARDO DE SOUZA GALDINO	----	150,50
41	003592	HUMBERTO BARRETO ALENCAR	----	150,50
42	001342	CESAR PEIXOTO LEMOS	10,00	150,50
43	003133	ALCIO REIS DOURADO	----	150,00
44	004000	PAULO ALVES HONORATO	----	150,00
45	002278	FABIO REGIS SPARREMBERGER	5,00	149,50
46	002218	CARLOS AUGUSTO DE GODOY CURRO	----	149,50
47	000975	CARLOS ANTONIO ARAUJO CAVALCANTI	----	149,00
48	002484	VALMIR FARIAS DIAS	----	149,00
49	004234	VANESSA MENDES BERTOLOSSI	----	149,00
50	002355	LEOPOLDO COSTA JUNIOR	5,00	148,50
51	000541	KARINA ROCHA MARTINS	----	148,50
52	002413	OSWALDO COGAN JUNIOR	----	148,00
53	002054	RICARDO JOSE NEIS	----	148,00
54	000991	JOAO GOMES DA COSTA FILHO	----	148,00
55	000503	EULER PEREIRA GONCALVES DE MELLO	5,00	147,50
56	002256	EDUARDO RODRIGUES DA SILVA	----	147,00
57	001308	ANA LUCIA CID MUNIZ SANTOS	----	147,00
58	003849	MARCOS DA COSTA AVELAR	----	147,00
59	003803	MANUELLA DAMASCENO LOUZADA	----	147,00
60	003149	ALEXANDRE MARTINS DE LIMA	----	147,00
61	003446	ERIKA UCHOA BRITO DE CASTRO	0,00	146,50
62	003923	MAURO CEZA NOGUEIRA DO NASCIMENTO	10,00	146,50
63	000514	HAROLDO CESAR SANT ANA AREAL	----	146,50
64	000536	JULIA ALVES MARINHO	----	146,00
65	001332	CARLOS ALBERTO VILLETH MENEZES	----	146,00
66	000341	MARCUS MATOS MICHILES	----	146,00
67	002323	JORGE LUIZ MARONI DIAS	----	145,50
68	000586	REGINALDO FIGUEIREDO ANDRADA	----	145,50
69	001302	ALFREDO MACIEL DA SILVEIRA	----	145,00
70	001292	ALBERTO AMORELLI COELHO	10,00	145,00

Cargo: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Candidatos de Ampla Concorrência

Class.	Inscr.	Nome	N.Tit.	NFinal
1	000294	VITARQUE LUCAS PAES COELHO	14,00	220,50
2	005167	FERNANDA VANESSA M MAGALHAES	----	214,00
3	004403	ALINE DINIZ AMARAL	14,00	212,50
4	005870	LUIZ RENATO VIEIRA	20,00	212,50
5	002710	FLAVIO JOSE SANCHES ARANTES	14,00	212,00
6	001765	HUGO TEIXEIRA BRAGA	----	210,00
7	002535	ANA PAULA KARRUZ	----	206,00
8	005477	JEOVAN ASSIS DA SILVA	14,00	206,00
9	005065	EMERSON CABRAL DE BRITO	----	201,00
10	005716	LEONARDO BOSELLI DA MOTTA	8,00	200,00
11	001569	ABEL ABDALLA TORRES	----	200,00
12	005735	LETICIA KOEPPPEL MENDONCA	----	198,50
13	006465	RENATA GARCIA DE OLIVEIRA	----	198,00
14	004765	CLARICE GOMES DE OLIVEIRA	----	196,50
15	004831	CRISTIANE VASCONCELOS H GODINHO	----	196,00
16	001617	ANDRE CHAMUN CALAZANS	----	195,50
17	004315	ADRIANA PADULA JANNUZZI	14,00	194,00
18	006920	YVES BASTO ZAMBONI FILHO	----	193,50
19	000632	ALINE COELHO LOMBELLO	----	193,00
20	005241	FRANCO CESAR BERNARDES	14,00	193,00
21	005326	GUSTAVO DE ANDRADE	----	193,00
22	006200	MELISSA PERON E SA	14,00	192,00
23	001103	RICARDO HENRIQUE PADILHA DE CASTRO	8,00	192,00
24	005934	MARCIA MARIA CORREA DE AZEVEDO	14,00	192,00
25	006875	VITOR DE LIMA MAGALHAES	----	191,50
26	001713	EMERSON CORDEIRO FERREIRA	----	191,50
27	004490	ANA REGINA FEITOSA DE BRITTO	20,00	190,50
28	001583	ALEX CHRISTIAN KAMBER	14,00	190,50
29	005970	MARCOS ALVES DE SOUZA	14,00	189,50
30	000719	FRANKLIN MAGALHAES GONCALVES	----	189,50
31	006280	NILTON CESAR RODRIGUES SOARES	0,00	189,00
32	004346	ALEKSANDRA PEREIRA DOS SANTOS	----	189,00
33	005353	HELIO JOSE DE FREITAS	14,00	188,50
34	006411	RAFAEL SIQUEIRA BARRETO	----	188,50
35	001187	ALOISIO LEONI SCHMID	20,00	188,50
36	006656	SERGIO FERNANDES SENNA PIRES	14,00	188,50
37	005800	LUCIANA VALLE ROSA ROPPA	----	188,00
38	005832	LUIS CARLOS MAVIGNIER DE ARAUJO JOB	----	187,50
39	001934	RENATO CADER DA SILVA	8,00	187,50
40	004833	CRISTIANO AGUIAR LOPES	----	187,50
41	001093	MARTA AQUINO DE OLIVEIRA REGO	----	187,00
42	005597	JUCELINO MOREIRA BISPO	----	187,00
43	001021	ADAILTON AMARAL BARBOSA LEITE	8,00	187,00

44	004502	ANDRE DE OLIVEIRA BUCAR	----	187,00
45	000184	JOSE VIEIRA BATISTA	----	186,50
46	005364	HERBERT BORGES PAES DE BARROS	----	186,00
47	006322	PATRICIA LAMEGO TEIXEIRA SOARES	8,00	186,00
48	005728	LEONEL MUNHOZ COIMBRA	----	186,00
49	003080	WANDERLUCE PESSOA BISON	14,00	186,00
50	000855	RUTELLY MARQUES DA SILVA	8,00	185,50
51	005099	ESMERALDO COSTA NETO	----	185,50
52	005732	LETICIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA	----	185,00
53	004829	CRISTIANE RIBEIRO IKAWA	0,00	184,50
54	006843	VANESSA MEIRELES BARRETO CHERVENSKI	----	184,50
55	006308	PATRICIA ALMEIDA PROENCA E SILVA	----	184,50
56	004528	ANDREA BARRETO DE PAIVA	----	184,00
57	000789	MARCIA MARIA QUINTAO	----	184,00
58	004429	ANA CLAUDIA ALVES DE MEDEIROS	----	183,00
59	002613	CLEBER WEIMAR DE QUEIROZ VITAL	----	182,00
60	006294	OLAVO LUIZ NAZAR DELGADO	----	182,00
61	004451	ANA GABRIELA DE CARVALHO COSTA	----	182,00
62	002658	ELAINE CRISTINA LICIO	14,00	182,00
63	006500	RICARDO NUNES DE MIRANDA	8,00	181,50
64	000840	RAUER BELVINO DA COSTA	8,00	181,50
65	001613	ANDERSON JORGE LOPES BRANDAO	----	181,00
66	004921	DENISE DO CARMO DIREITO	0,00	181,00
67	002950	PRISCILLA KAMADA HIGA	----	180,50
68	003051	SU SHYH FONG	----	180,50
69	001895	MAURO SANTOS SILVA	8,00	180,50
70	000239	NELCILANDIA PEREIRA DE OLIVEIRA	----	180,50
71	004668	BRUNO QUEIROZ CUNHA	----	180,00
72	005919	MARCELO SA LEITAO FIUZA LIMA	----	180,00
73	006175	MARTIM VICENTE GOTTSCHALK	8,00	179,50
74	000378	ANTONIO JOSE TEIXEIRA LEITE	----	179,50
75	001055	FREDERICO KRAMER COSTA	14,00	179,00
76	002724	GOLBERY LUIZ LESSA DE MOURA	14,00	179,00
77	003086	YARA MITSUE IGUCHI	----	178,50
78	005918	MARCELO NASCIMENTO BARBOSA	0,00	178,50
79	002838	LUIZ OTAVIO PEREIRA COUTO	----	178,50
80	006641	SANTINO MAGALHAES CAVALCANTI	----	178,50
81	004917	DEMETRIO MATOS TOMAZIO	----	178,00
82	006054	MARIA DO CARMO PROBEM DA CUNHA	----	178,00
83	004980	EDSON NAVARRO TASSO	----	178,00
84	005704	LEANDRO DOS REIS LUCHESES	8,00	178,00
85	005923	MARCELO VASCONCELLOS DE ARAUJO LIMA	----	177,50
86	001929	RAFAEL SETUBAL ARANTES	0,00	177,50
87	006816	VALDECK CALDAS BRAGA	----	177,00
88	006298	OSWALDO GOMES DOS REIS JUNIOR	----	177,00

Cargo: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Candidatos Portadores de Deficiência

Class.	Inscr.	Nome	N.Tit.	NFinal
89	006942	LUDMILA VIDIGAL SILVA	----	167,00
90	006930	ALEXANDRE BATISTA DE OLIVEIRA	----	149,50

EDITAL Nº 19, DE 2 DE ABRIL DE 2002
CONCURSO PÚBLICO PARA ANALISTA DE
FINANÇAS E CONTROLE

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-ESAF, em cumprimento ao disposto no subitem 6.1 do Edital ESAF Nº 12, de 27/02/2002, publicado no Diário Oficial da União de 01/03/2002, torna público que:

1) as provas do concurso público para o cargo de Analista de Finanças e Controle - AFC, serão aplicadas conforme determinado abaixo:

DIAS	PROVAS	FECHAMENTO DOS PORTÕES Horário de Brasília	DURAÇÃO
20/04/2002 (sábado - tarde)	1 (Conhecimentos Gerais)	14 horas	4h 30min
21/04/2002 (domingo - manhã)	2 (Conhecimentos Específicos)	9 horas	3 horas
21/04/2002 (domingo - tarde)	3 (Conhecimentos Especializados)	14 horas	4h 30min

2) os locais de aplicação das provas estarão especificados no Cartão de Confirmação de Inscrição, que deverá ser remetido ao candidato, por intermédio da Empresa de Correios e Telégrafos, para o endereço constante do Formulário de Pedido de Inscrição;

3) caso o Cartão de Confirmação de Inscrição não seja recebido pelo candidato até três dias antes da data marcada para a realização das provas, é da inteira responsabilidade do candidato comparecer ao Órgão do Ministério da Fazenda, constante do Anexo I do Edital ESAF nº 12/2002, sediado na Capital da Unidade da Federação correspondente à localidade para a qual optou por prestar as provas, a fim de confirmar sua inscrição, mediante Termo de Confirmação de Inscrição, e de inteirar-se do local de aplicação de sua prova;

4) estará impedido de prestar as provas o candidato que não tenha devolvido a "via ESAF" do Formulário de Pedido de Inscrição, caracterizando o descumprimento do disposto no subitem 5.2.1 do Edital regulador do concurso, bem como aquele que, não tendo recebido o seu Cartão de Confirmação de Inscrição, não tenha previamente confirmado seu pedido de inscrição, conforme estabelecido no subitem 5.14 do mesmo Edital.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO

(Of. El. nº 38/2002)